

IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA INSTALAÇÃO DA BARRAGEM DA PEDRA DO CAVALO E A TRANSGRESSÃO ÀS NORMAS DE DIREITO AMBIENTAL

Ariston de Moraes Vieira Filho¹; Aline Passos Santos²

¹Bacharel em Administração (FACET), Graduando em Direito (UNIMAM) vieira_ariston@hotmail.com; ²Mestra em Desenvolvimento Regional. Especialista em Direito das Famílias e em Direito Público, Professora (UNIMAM) alinepassosadv@gmail.com;

O desequilíbrio ambiental causado após a instalação da barragem de Pedra do Cavalo afronta o art. 225 da CF/88 e cláusulas pétreas. A mudança na vazão da água, além de causar assoreamento no leito do rio, traz também problemas à saúde, pois boa parte destas comunidades ribeirinhas vive sem saneamento básico. Ademais, o desequilíbrio causado pela redução da vazão da água com a instalação da hidroelétrica, reduziu drasticamente a quantidade de pescados e mariscos por conta do aumento da salinidade, comprometendo a subsistência e a sustentabilidade de cerca de 920 famílias ribeirinhas que sobrevivem no entorno da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape. O estudo de caso tem como principal objetivo analisar a ilegalidade das operações da Barragem de Pedra do Cavalo e a omissão do Estado no seu dever de fiscalizar, os reflexos impostos às comunidades ribeirinhas frente aos danos ambientais já causados, haja vista que, se trata de um equipamento público construído durante o regime militar, período no qual não existiam princípios ambientais, que só foram observados após promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste sentido, busca-se através da legislação ambiental e princípios constitucionais, garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, por ser este um dever público e também da sociedade defende-lo e preservá-lo, bem como, reparar os possíveis danos já causados. Atenta-se para análise frente aos danos causados pela barragem especificamente no que diz respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e demais princípios ambientais; Investigar se existe omissão do Estado no que se refere a sua responsabilidade objetiva, apontando tais irregularidades e sanções previstas em lei; Buscar através da legislação pertinente, garantias e direitos que sirvam como fonte principal para correção dos danos já causados. Sendo o presente trabalho um estudo de caso concreto, será utilizada como fonte principal a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e um aprofundado estudo acerca da legislação ambiental e seus princípios. Apontar a culpa por omissão e abuso do poder do Estado no caso da Barragem de Pedra do Cavalo, a ineficácia da Lei Ambiental e as sanções impostas às comunidades locais que não usufruem dos direitos e garantias constitucionais.

Palavras-chave: Barragem de Pedra do Cavalo. Direito Ambiental. Responsabilidade civil do Estado.